

PERCEPÇÕES DE ESCOLARES EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS ENTRE 7 E 11 ANOS DE IDADE^{1,2}

SCHOOLCHILDREN'S PERCEPTIONS REGARDING PEOPLE WITH DISABILITIES: A STUDY WITH CHILDREN AGED 7 TO 11

Jackeline COLERE³
Doralice Lange de SOUZA⁴

RESUMO: O objetivo deste estudo foi investigar as percepções de escolares sobre pessoas com deficiência (PCDs). Participaram 137 crianças de sete turmas, do terceiro ao quinto ano, de uma escola pública da região metropolitana de Curitiba. Foi solicitado aos alunos de todas as turmas que escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes vinham à mente ao pensar em PCDs e, na sequência, uma entrevista semiestruturada e coletiva foi conduzida para melhor compreender como eles percebem a deficiência. Uma análise quantitativa e descritiva das palavras escritas e uma análise temática e indutiva das entrevistas foram realizadas. Constatou-se que parte significativa das palavras escritas expressava sentimentos negativos, como tristeza e pena (48,91%). A deficiência foi amplamente associada a comprometimentos físicos (46,82%) e supostas limitações (43,06%), além de ser confundida com doenças ou transtornos (13,87%) e traços de personalidade ou comportamentos negativos (8,03%). Poucas palavras manifestaram sentimentos e atributos positivos (15,33%). Durante as entrevistas, a maioria das falas focou em marcas corporais (23,36%), expressou sentimentos negativos (23,28%) ou mencionou supostas dificuldades e limitações das PCDs (21,89%). As percepções dos alunos são marcadas por estereótipos e associações negativas, ressaltando a necessidade de práticas educacionais que combatam estigmas, estereótipos e preconceitos e promovam uma compreensão mais informada da deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Percepção. Atitude. Pessoa com deficiência. Estereótipo. Preconceito.

ABSTRACT: This study aimed to investigate schoolchildren's perceptions of people with disabilities (PWDs). A total of 137 children from seven classrooms, ranging from third to fifth grade, at a public school in the metropolitan region of Curitiba, Paraná Brazil, participated in the study. Students from all classrooms were asked to write the first five words that came to mind when thinking about PWDs, and a collective semi-structured interview was subsequently conducted to better understand how they perceive disability. A quantitative and descriptive analysis of the written words and an inductive thematic analysis of the interviews were carried out. The findings showed that a substantial proportion of the words expressed negative feelings, such as sadness and pity (48.91%). Disability was largely associated with physical impairments (46.82%) and supposed limitations (43.06%), as well as being confused with diseases or disorders (13.87%) and negative personality traits or behaviors (8.03%). Few words conveyed positive feelings or attributes (15.33%). During the interviews, most statements focused on bodily markers (23.36%), expressed negative feelings (23.28%), or mentioned supposed difficulties and limitations of PWDs (21.89%). Students' perceptions were marked by stereotypes and negative associations, highlighting the need for educational practices that challenge stigma, stereotypes, and prejudice and promote a more informed understanding of disability.

KEYWORDS: Child. Perception. Attitude. Person with disability. Stereotype. Prejudice.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu art. 2º, define a pessoa com deficiência (PCD) como aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com barreiras, podem obstruir sua participação

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702026v32e0060>

² Subvenção: Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Mestre em Educação Física, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/Paraná/Brasil. E-mail: 2jacke5671@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6964-2595>

⁴ Professora do Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Educação, Harvard Graduate School of Education. Curitiba/Paraná/Brasil. E-mail: dora@ufpr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7330-6156>



plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2022), cerca de 18,6 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência, representando aproximadamente 8,9% da população com 2 anos ou mais de idade. Essa estimativa abrange indivíduos com alto grau de dificuldade e/ou incapacidade total em pelo menos um dos seguintes domínios: cognição, comunicação, funcionamento de membros superiores, visão, audição, locomoção (incluindo andar e subir degraus) ou realização de autocuidados básicos. Apesar de serem uma parcela significativa da população, as PCDs frequentemente são alvo de preconceito, discriminação e marginalização social, processos que decorrem de construções estereotipadas em torno da deficiência (Hunt, 1966; Link & Phelan, 2001).

O preconceito em relação à deficiência é assimilado desde a infância e se intensifica à medida em que a criança cresce em um mundo que associa a deficiência à inferioridade. A sociedade frequentemente transmite mensagens que sugerem que “ser uma PCD é ser menos” (Campbell, 2009). A internalização de percepções negativas sobre determinados grupos gera preconceito e faz com que as pessoas evitem o contato com seus membros, dificultando a revisão de seus julgamentos e perpetuando atitudes preconceituosas (Binder et al., 2009; Crochik, 2006; Schiappa et al., 2005). Tais atitudes desencadeiam uma distância social entre as pessoas sem deficiência e as PCDs, o que favorece a construção de estereótipos em relação a estas últimas (Cambruzzi, 2011). Considerando as barreiras atitudinais comumente enfrentadas pelas PCDs, esta pesquisa teve como objetivo investigar as percepções de crianças do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola no núcleo metropolitano de Curitiba – Paraná (PR) acerca dessas pessoas.

Apesar da relevância do tema, ainda há poucos estudos empíricos sobre as percepções de crianças em relação às PCDs (Colere, 2023; Colere et al., 2022; Colere & Souza, 2025; Souza et al., 2021). No cenário internacional, pesquisas indicam que as crianças tendem a apresentar atitudes negativas ou a manter distância das PCDs. Alguns estudos avaliaram percepções antes e após intervenções relacionadas ao Dia Escolar Paralímpico, uma iniciativa educativa que busca promover inclusão e conscientização sobre a deficiência por meio de esportes adaptados. McKay et al. (2019) analisaram 52 alunos de 11 e 12 anos, nos Estados Unidos, e constataram que, antes da intervenção, as crianças percebiam as PCDs como um grupo distinto, reforçando uma separação do tipo “nós contra eles” e evitando o contato por considerá-las anormais.

De forma semelhante, Panagiotou et al. (2008) analisaram 178 estudantes gregos do 5º e 6º anos de uma escola primária e identificaram um padrão de distanciamento entre estudantes sem deficiência e PCDs. Já McKay et al. (2015) estudaram 143 estudantes do 6º ano, nos Estados Unidos, e observaram que suas atitudes iniciais em relação à inclusão eram negativas, principalmente devido à falta de conhecimento sobre esportes adaptados e à percepção de que a inclusão poderia comprometer a dinâmica das aulas de educação física. Além dessas intervenções, Vieira (2015) investigou 40 crianças do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual paulista e verificou que elas frequentemente demonstram piedade em relação às PCDs, associando-as à incapacidade de realizar diversas atividades.

No Brasil, Colere e Souza (2025) investigaram 137 escolares de 7 a 11 anos e constataram que as crianças predominantemente percebiam as PCDs em termos de suas limitações,

associando-as à dependência e à incapacidade. Outros dois estudos investigaram percepções a respeito de PCDs fora do contexto escolar. Souza et al. (2021) analisaram a percepção de 18 crianças sem deficiência, enquanto Colere et al. (2022) investigaram 12 crianças com deficiência e 13 familiares. Ambos os estudos concluíram que as PCDs são frequentemente vistas como incapazes, dependentes e dignas de pena (Colere et al., 2022; Souza et al., 2021).

A maioria dos estudos sobre preconceito em relação à deficiência é conduzida em contextos experimentais e controlados (McBride, 2015). Assim sendo, neste estudo, investigamos as percepções de crianças no ambiente escolar, contribuindo para preencher essa lacuna na literatura. Um maior entendimento de como elas percebem as PCDs pode subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias educacionais voltadas à desconstrução de estigmas, estereótipos e preconceitos. Esses problemas tendem a se desenvolver e a se solidificar desde a infância caso não sejam enfrentados.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A literatura aponta que a deficiência tem sido compreendida, predominantemente, a partir de dois modelos: o médico e o social. No modelo médico, a deficiência é concebida como um problema individual, uma condição que precisa ser curada pelo próprio indivíduo, com o auxílio de profissionais da saúde (Oliver, 2004; Shakespeare, 2018). Em oposição, autores da primeira onda do modelo social passaram a argumentar que a deficiência não é um problema individual, mas sim o resultado de barreiras sociais que restringem a participação efetiva de PCDs na sociedade (Barnes, 1992; Nogueira & Ribeiro, 2019; Oliver, 2004).

A segunda onda do modelo social problematiza essa abordagem ao argumentar que, mesmo com a remoção de todas as barreiras sociais, muitas PCDs continuam enfrentando limitações decorrentes de seus comprometimentos, demandando, em alguns casos, cuidados e apoios específicos (Diniz, 2007; Mello & Nuernberg, 2012; Wendell, 1989). Autores dessa onda também destacam que as PCDs não constituem um grupo homogêneo, pois suas experiências são atravessadas por marcadores como gênero, sexualidade, raça e classe.

Eles reforçam a relevância de uma abordagem interseccional, que possibilite reflexões mais aprofundadas sobre as diferenças dentro desse grupo. Isso inclui, por exemplo, como a aquisição da deficiência, em interação com outros fatores sociais, afeta a participação social, o acesso a recursos e a forma como as PCDs são tratadas na sociedade. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre as desigualdades entre as PCDs e evidencia como distintos eixos de opressão e privilégio se cruzam, moldando suas experiências e oportunidades (Bailey & Mobley, 2018; Gesser et al., 2020; Gesser et al., 2024; Lopes et al., 2020; Mello & Nuernberg, 2012).

Apesar de a compreensão da deficiência ter avançado, ela ainda está associada a aspectos negativos (Shakespeare, 2018). São muitos os estigmas, estereótipos e preconceitos relacionados à deficiência. Estigmas são marcas socialmente percebidas como negativas, que passam a definir a identidade do indivíduo, obscurecendo suas demais características. No caso das PCDs, essa marca é a própria deficiência, frequentemente percebida como uma tragédia pessoal e como algo que ninguém deseja para si (Goffman, 1963).

Os estigmas contribuem para a perpetuação de estereótipos, entendidos como generalizações simplistas e preestabelecidas sobre indivíduos ou grupos (Crochik, 1996). No caso das PCDs, o estigma é a deficiência e, em decorrência desta, elas tendem a ser estereotipadas como coitadas, doentes, dependentes, vulneráveis, incapazes e improdutivas (Barnes, 1992; Campbell, 2009). Tais estereótipos tendem a desencadear o preconceito, definido como uma antipatia baseada em generalizações inflexíveis, que pode ser velada ou manifesta em atitudes discriminatórias (Allport, 1954).

O preconceito é uma barreira atitudinal que desencadeia opressão (Hunt, 1966), rotulagem, perda de *status* e discriminação (Link & Phelan, 2001). Ele pode ser a causa de muitas das dificuldades enfrentadas pelas PCDs, incluindo barreiras econômicas, culturais e arquitetônicas (Weid, 2018), além de barreiras de acessibilidade (Porte et al., 2022), bem como a falta de acesso a serviços de saúde (Castro et al., 2021) e ao lazer (Pérez-Garín et al., 2018).

O estigma e o preconceito atuam como intermediários das relações humanas. Eles são mantidos por forças emocionais (Dias, 2006), geram discriminação e possuem influência em situações de poder, controle e exclusão social (Parker, 2012). A discriminação ocorre quando indivíduos são excluídos ou privados de oportunidades devido a fatores relacionados ao estigma e aos estereótipos (Nalin & Silva, 2020). A discriminação é uma das formas mais comuns de violação e abuso dos Direitos Humanos, que afeta milhares de pessoas todos os dias (Brander et al., 2016).

2 MÉTODO

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob Parecer número 6.750.235. Ela foi de natureza quanti-qualitativa e exploratória. Produzimos os dados em uma escola localizada em uma cidade da região metropolitana de Curitiba – PR. Participaram voluntariamente do estudo 137 estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com a devida autorização de seus pais ou responsáveis, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A idade dos participantes variou entre 7 e 11 anos de idade, sendo 70 alunos do sexo masculino e 67 do sexo feminino.

Participaram do estudo alunos de sete turmas, com aproximadamente 19 estudantes cada. Os professores cederam parte de suas aulas para que realizássemos a pesquisa em suas salas de aula. Os alunos que não tinham autorização para participar, ou não quiseram participar, realizaram outras atividades durante esse período. Inspiradas em estudos anteriores, nos quais também analisamos percepções a respeito de PCDs (Colere et al., 2022; Colere & Souza, 2025; Souza et al., 2021), seguimos as mesmas dinâmicas em todas as turmas.

Inicialmente, entregamos um questionário impresso para cada criança, no qual perguntamos se elas sabiam o que é uma pessoa com deficiência e solicitamos que escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes vinham à mente ao ouvir a expressão “pessoas com deficiência”.

Imediatamente após responderem ao questionário, conduzimos uma entrevista aberta baseada nas seguintes questões norteadoras: Quais foram as palavras que vocês escreveram?

Poderiam falar um pouco sobre por que escolheram essas palavras? Para essa segunda pergunta, selecionamos algumas das palavras mencionadas para aprofundar o entendimento sobre o significado atribuído a elas. A entrevista teve a finalidade de aprofundar o nosso entendimento acerca das percepções dos participantes sobre as PCDs. Em todos os grupos, houve uma mediadora (autora principal) e uma pesquisadora auxiliar, que ajudou as crianças que não sabiam escrever e colaborou na organização da turma.

Registramos todos os encontros por meio de vídeos e áudios, que posteriormente foram transcritos e analisados. Realizamos uma análise quantitativa e descritiva dos dados produzidos por meio dos questionários e uma análise temática reflexiva (ATR) e indutiva do conjunto dos dados das entrevistas, considerando os principais temas observados nas falas dos participantes (Braun & Clarke, 2012, 2019). Inicialmente, lemos e relemos as transcrições para nos familiarizarmos com o conjunto de dados. Em seguida, codificamos os dados.

Depois, geramos os temas iniciais. Posteriormente, desenvolvemos e revisamos os temas. Na sequência, refinamos, definimos e nomeamos os temas. Por fim, articulamos a narrativa analítica com trechos dos dados e discutimos os resultados à luz da literatura existente. Nossa análise foi predominantemente indutiva; desse modo, embora tenhamos iniciado a pesquisa com uma base sólida nos estudos críticos da deficiência, permanecemos abertos a construir a maior parte do nosso referencial analítico com autores que melhor nos auxiliassem na interpretação e discussão dos dados. Usamos nomes fictícios para preservar a identidade dos estudantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos questionários, 34 participantes afirmaram não saber o que significa a expressão “pessoa com deficiência”, o que indica pouco contato direto ou indireto com pessoas com esse perfil. Vinte e nove crianças não escreveram nada durante a dinâmica das palavras. As 108 crianças que escreveram totalizaram 516 palavras/expressões. Assim, para as análises estatísticas, consideramos apenas as respostas dessas 108 crianças. Durante o processo de análise, agrupamos em categorias as palavras que apresentavam conotação similar. Especificamos esses casos no Quadro 1, a seguir, no qual apresentamos o número de ocorrências de cada palavra entre parênteses, na primeira coluna, e sua quantificação padronizada na segunda. Cinquenta e nove crianças não se manifestaram durante as entrevistas, mesmo quando procuramos incentivá-las a participar. Essa ausência de manifestação pode estar relacionada à timidez ou a outros fatores situacionais, como desconforto em falar em grupo. Portanto, nas análises qualitativas, consideramos as respostas de 78 participantes.

Quadro 1

Palavras padronizadas

Forma como foram escritas as palavras	Padronização
Tristeza (36), triste (20), tristes (10), muito triste (4), bem triste (2), vontade de chorar (1)	Tristeza (73)
Pena (35), dó (19), eu sinto dó (7), eu sinto pena (2)	Pena (63)
Amputado (30), sem braço (12), sem perna (9), sem pés (1)	Falta de membro (52)

Nota: Embora tenhamos padronizado alguns termos com sentido semelhante, durante a discussão dos resultados destacamos alguns deles para conduzirmos algumas discussões que se fazem relevantes.

Organizamos a apresentação e a discussão dos resultados em três tópicos principais, com base nos temas que se destacaram na escrita e na fala das crianças: (3.1) Foco nas marcas corporais das PCDs; (3.2) Foco nas supostas limitações das PCDs; (3.3) Predominância de sentimentos negativos em relação às PCDs.

3.1 FOCO NAS MARCAS CORPORAIS DAS PCDs

As crianças escreveram 192 palavras/expressões relacionadas a marcas corporais de PCDs (Quadro 2).

Quadro 2

Foco nas marcas corporais de PCDs

Palavras/expressões escritas	Falta de membro (52), cadeirante (40), cego (36), surdo (24), mudo (21), paralítico (6), deficiência mental (4), deficiente (3), deficiência (3), pé torto (2) e vesgo (1)
Número total de palavras/expressões escritas	192 (32,20%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	64 (59,26%)
Número de crianças que mencionaram marcas corporais durante a entrevista	32 (41,03%)

Nota: Incluímos o termo “cadeirante” na categoria de marcas corporais, pois tendemos a percebê-la como parte do corpo da pessoa, como se houvesse uma fusão entre ambas.

Durante as entrevistas, 32 crianças focaram em marcas corporais, como evidenciamos nos exemplos que seguem:

São pessoas *deficientes*, tem aquelas *pernas de pauzinho*, *cegos*, *cadeirantes*. (Gustavo, 9 anos, ênfases adicionadas)

As vezes *não tem pernas*, alguns *não tem braço* (...), tem que usar *cadeira de rodas* porque as pernas não podem funcionar. (Yasmin L., 8 anos, ênfases adicionadas)

A deficiência é apenas uma parte da identidade das PCDs. No entanto, elas têm sido histórica e majoritariamente percebidas a partir de seus comprometimentos (Goodley, 2013). Um número significativo de crianças (46,72%) demonstrou seguir essa tendência. Elas também demonstraram cometer o que Amaral (1998) denomina de “generalização indevida”, transformando o comprometimento de uma pessoa em sua totalidade. Ao concentrar a atenção nos comprometimentos, elas perderam de vista as habilidades, competências e potencialidades das PCDs, atribuindo-lhes uma espécie de “identidade deteriorada” (Goffman, 1963).

Quando pedimos às crianças que escrevessem o que vem à mente quando escutam a expressão “pessoa com deficiência”, a palavra “surdo” foi escrita 24 vezes, e “mudo”, 21 vezes. No entanto, há um movimento que defende que a surdez deve ser considerada como uma diferença cultural e linguística, e não uma limitação ou deficiência (Bisol & Valentini, 2011). Um dos estudantes, que relatou ser filho de pais surdos, destaca a problemática do preconceito e da discriminação em relação à comunidade surda:

Meu pai e minha mãe são surdos. (...). É igual o racismo, algumas pessoas não aceitam porque são pretas. É uma idiotice não aceitar a pessoa do jeito que ela é (...), e daí não gostam da pessoa que é surda. (Caleb, 10 anos)

Caleb compara o preconceito sofrido pelos pais ao racismo, ilustrando seu caráter injusto e ilógico. Ele destaca a falta de conhecimento como uma das principais razões da rejeição ou discriminação das pessoas surdas. Esse preconceito aparece em olhares de deboche ou surpresa quando observam alguém comunicando-se em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Também se manifesta no uso de termos inadequados, como “mudo”, “mudinho” ou “surdo-mudo” (Araújo, 2020).

3.2 FOCO NOS SUPOSTOS PROBLEMAS E LIMITAÇÕES CAUSADOS PELA DEFICIÊNCIA

Conforme mostra o Quadro 3, houve 82 palavras/expressões que denotam supostas dificuldades, limitações e/ou incapacidades relacionadas às PCDs.

Quadro 3

Supostas dificuldades, limitações e incapacidades das PCDs

Palavras/expressões escritas	Precisam de ajuda (21), têm dificuldade (15), muita dificuldade (3), dificuldade em matemática (2), dificuldade em pensar (1), dificuldade em estudar (1), dificuldade para falar (1), não sabem muitas coisas (1), problema de atenção (1), não prestam atenção (1) e especiais (15). Não conseguem: andar (6), falar (4), ouvir (2), trabalhar (2), brincar (1), pular (1), comer (1), aprender (1), ler (1) e fazer o que querem (1).
Número total de palavras/expressões escritas	82 (15,89%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	59 (54,63%)
Número de crianças que mencionaram supostas dificuldades, limitações e incapacidades das PCDs durante a entrevista	30 (38,46%)

Nas entrevistas, 30 participantes expressaram percepções relacionadas a supostas incapacidades das PCDs:

Elas *não podem fazer nada sem a ajuda* das pessoas, elas ficam sozinhas e *não podem fazer nada*. (Giovana, 9 anos, ênfases adicionadas)

Eles *não conseguem nada*, as vezes não tem pernas, alguns não tem braço, eu acho triste, (...) eles *não conseguem andar*, tem que usar cadeira de rodas porque *as pernas não podem funcionar*. (Yasmin L., 8 anos, ênfases adicionadas)

Os estudantes demonstraram perceber as PCDs como limitadas e/ou incapazes. Quinze as rotularam como “especiais”. O uso desse termo geralmente está associado à percepção de que elas são incapazes, conforme este exemplo:

Fico triste por eles não conseguirem fazer as coisas. Eles são especiais e não sabem fazer muito bem as coisas. (Giovana, 9 anos)

Nem todos os comprometimentos geram incapacidades, dependência ou a necessidade de cuidados especiais. As PCDs podem ter habilidades e talentos em áreas específicas e podem contribuir em diferentes esferas. Autores associados ao modelo social da deficiência destacam que muitas das limitações enfrentadas pelas PCDs não são meramente resultado de seus comprometimentos. Estas são frequentemente atribuídas a processos de estigmatização, preconceito, exclusão, opressão e falta de acessibilidade (Campbell, 2008; Gaudenzi & Ortega, 2016; Oliver, 2004; Wendell, 1989).

Durante a dinâmica das palavras, 19 crianças escreveram 31 termos relacionados a neurodivergências e/ou problemas de saúde física e/ou mentais (Quadro 4).

Quadro 4

Neurodivergências e/ou problemas de saúde física e/ou mentais

Palavras/expressões escritas	Autismo (8), Alzheimer (5), louco (4), doentes (4), doença (2), doente (2), dislexia (2), depressão (1), demência (1), ansiedade (1), sempre tem que ir ao médico (1)
Número total de palavras/expressões escritas	31 (6%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	19 (17,59%)
Número de crianças que mencionaram neurodivergências e/ou problemas de saúde física e/ou mentais	11 (14,10%)

Alguns alunos demonstraram confundir a deficiência com problemas de saúde e explicitaram algumas de suas supostas consequências:

Têm vários tipos de deficiência. Algumas podem até *fazer as pessoas morrerem* e elas não podem viver a vida como os outros, *elas têm que ficar num hospital todos os dias*. (Murilo, 9 anos, ênfases adicionadas)

Eu sinto pena das pessoas porque as vezes *elas querem fazer algumas coisas e elas não podem fazer por causa da doença que elas têm*. (Juliana, 9 anos, ênfase adicionada)

O enfoque das crianças nos comprometimentos e nas supostas dificuldades das PCDs tem origem no modelo médico da deficiência. As PCDs podem ficar doentes, assim como qualquer outra pessoa. Contudo, a deficiência em si não é sinônimo de doença (Clemente, 2015; Memória, 2020). Embora a deficiência possa estar associada a doenças em alguns casos, ela não é uma enfermidade. Trata-se de uma condição, geralmente permanente, que precisa ser reconhecida como uma característica que representa uma das formas de existir enquanto ser humano (Fernandes & Lippo, 2013).

Onze estudantes demonstraram associar a deficiência a traços de personalidade e/ou comportamentos negativos, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5

Traços de personalidade e/ou comportamentos negativos

Palavras/expressões escritas	Agressiva (6), bravas (3), gritam (2), chata (2), nervosa (1), raivosas (1), agitadas (1), palavrões (1), xingam (1)
Número total de palavras/expressões escritas	18 (3,48%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	11 (10,19%)
Número de crianças que mencionaram traços de personalidade e/ou comportamentos negativos durante a entrevista	2 (2,56%)

Nas entrevistas, constatamos que o contato prévio de algumas crianças com PCDs e/ou com pessoas neurodivergentes com as características mencionadas pode ter influenciado negativamente suas percepções sobre o grupo de PCDs como um todo:

Eu escrevi bravo e agressivo porque meu primo é deficiente e ele é bem agressivo e bravo. (Brenda, 10 anos)

É triste ver eles assim, porque tem gente que é deficiente e irrita os outros, mas ele não sabe por que está fazendo isso. (Emerson, 10 anos, tem um amigo com deficiência)

As outras crianças não explicaram o porquê de associarem tais termos às PCDs. Talvez a forma como a mídia retratava e, em alguns casos, ainda retrata as PCDs tenha influência nisso. Personagens com deficiência em livros infantis frequentemente foram – e, em alguns casos, ainda são – retratados como vilões. Exemplos disso incluem o malévolo Capitão Gancho, de “Peter Pan” (Dowker, 2013; Shakespeare, 2018), e o amargo personagem “O Corcunda de Notre Dame” (Silva et al., 2016). Hilgemberg (2021) cita exemplos de filmes como “Duas Caras”, “Batman” e “GoldenEye”, que, segundo a autora, reforçam a associação entre a deficiência dos personagens e características como maldade e traição. As PCDs são seres humanos como quaisquer outros: são capazes de brilhantismo e fracasso, bondade e crueldade. Embora a deficiência possa influenciar o caráter, ela não o determina (Shakespeare, 2018).

3.3 PREDOMINÂNCIA DE SENTIMENTOS NEGATIVOS ASSOCIADOS ÀS PCDs

Sessenta e sete participantes escreveram 145 termos relacionados a sentimentos negativos, conforme apresenta o Quadro 6.

Quadro 6

Sentimentos negativos

Palavras/expressões escritas	Tristeza (73), dó/pena (63), coitadas (4), medo (3) e coitadinhas (2)
Número total de palavras/expressões escritas	145 (28,10%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	67 (62,04%)
Número de crianças que mencionaram sentimentos negativos durante a entrevista	36 (46,15%)

Nas entrevistas, 36 crianças compartilharam essa percepção e pareceram sentir tristeza e/ou pena das PCDs por acreditarem que estas são incapazes:

Eu sinto dó porque elas não queriam estar desse jeito, (...) porque elas estão sem alguma parte do corpo, elas não podem fazer algumas coisas. Por exemplo, quem não tem a parte das pernas, quem não tem as pernas não pode correr, pular. (Enzo, 10 anos, ênfases adicionadas)

É triste porque elas não podem fazer nada, elas vão ser solitárias. Quando elas forem partir daqui a vida delas não valeu a pena. (Gabriel, 9 anos, ênfases adicionadas)

A tristeza é uma emoção básica do ser humano e “está associada à perda de algo, de alguma pessoa querida, ou do que é valorizado: bens, saúde, situações pessoais e familiares, etc.” (Gonsalves, 2015). Tais sentimentos estão relacionados ao estereótipo do “coitado” ou ao “estigma do coitadinho”. As próprias crianças escreveram a palavra “coitada” quatro vezes e “coitadinha”, duas vezes. Esse estereótipo, conforme alguns autores, degrada e desumaniza as PCDs (Martins & Barsaglini, 2011), pois o foco recai unicamente na deficiência e em supostos problemas decorrentes dela (Figueiredo, 2014; Poffo et al., 2017). As crianças também expressaram que o sentimento negativo decorre da percepção de que, por serem supostamente incapazes, são também dependentes:

[É triste] porque as pessoas precisam de ajuda, não conseguem entender, não conseguem ouvir então elas precisam de ajuda para tudo. (Cesar Gabriel, 10 anos, ênfases adicionadas)

Eu tenho muito dó. As pessoas precisam cuidar delas [as PCDs] porque elas ficam doentes e não conseguem se cuidar direito. (Giovana, 8 anos, ênfases adicionadas)

[É triste porque] elas não podem fazer nada sem a ajuda das pessoas. (Giovana N., 9 anos, ênfases adicionadas)

A dependência de ajuda de terceiros é considerada negativa em sociedades que valorizam a independência (Morris, 1993). A percepção de que as PCDs são um fardo para a sociedade é um exemplo de atitude negativa comumente associada a esse grupo (Morin et al., 2013). Pesquisadoras dos estudos sobre a deficiência ressaltam que a vulnerabilidade e a dependência são aspectos integrantes da vida de todos os seres humanos. Todos precisamos ser cuidados, na infância, na velhice ou em situações de fragilidade. Portanto, a necessidade de cuidados não deve ser vista como algo negativo, mas sim como algo natural (Diniz, 2007; Fietz & Mello, 2018; Mello & Nuernberg, 2012; Morris, 1993; Wendell, 1989).

Durante as entrevistas, sete pessoas demonstraram acreditar que as PCDs são tristes, como se pode observar nos exemplos a seguir:

[Tenho pena porque] eu acho que tem um pouco mais de tristeza. Porque quem é cego, eu estava imaginando esses dias, vê tudo preto! Sem conseguir ver nada! (Lorenzo, 9 anos, ênfase adicionada)

[É triste porque] elas não conseguem andar, são cegas. Eu acho que elas se sentem muito tristes. (Enzo, 10 anos, ênfase adicionada)

A associação entre deficiência, incapacidade e dependência contribui para a percepção de que as pessoas com deficiência são infelizes (Shakespeare, 2018). Essa visão decorre do

estigma, que influencia a maneira como a deficiência é interpretada, levando algumas pessoas a associá-la à tristeza e à limitação (Goffman, 1963).

A palavra “medo” foi mencionada três vezes, mas nenhuma das crianças que a escreveu conseguiu expressar a razão desse sentimento quando as inquiremos durante as entrevistas. Conforme aponta Campbell (2009), uma possível explicação para o medo diante das PCDs pode estar relacionada a determinadas características estéticas do corpo de pessoas com deficiências mais severas ou à percepção de falta de controle sobre o corpo, características presentes em algumas condições e que desafiam as normas hegemônicas de corporeidade. Ainda segundo a autora, outra hipótese é que esse medo pode emergir do confronto com a possibilidade de, em algum momento, também se tornar uma PCD.

Das 516 palavras/expressões escritas, somente 48 possuem conotação positiva e/ou neutra, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7

Sentimentos positivos

Palavras/expressões escritas	Amor (9), carinho (8), normais (6), legais (5), fortes (4), respeito (4), igualdade (3), felicidade (2), lutadoras (2), esforçadas (1), bonitas (1), inteligentes (1), felizes (1), não fazer <i>bullying</i> (1)
Número total de palavras/expressões escritas	48 (9,30%)
Número de crianças que escreveram uma ou mais dessas palavras/expressões	21 (19,44%)
Número de crianças que mencionaram sentimentos positivos durante a entrevista	16 (20,51%)

Apenas sete das 21 crianças utilizaram exclusivamente termos com conotação positiva. As outras 14 também escreveram palavras como “pena”, “tristeza”, “problema”, “agressivas”, “coitadas” e “doentes”, sugerindo que, mesmo ao empregar algumas palavras positivas, suas percepções sobre a deficiência não são necessariamente positivas.

Durante as entrevistas, oito crianças demonstraram ter consciência de que as PCDs sofrem preconceito. Vide, por exemplo, as seguintes passagens

Um dia [as PCDs] estão muito bem e outro eles andam de rodas e *todo mundo ri deles*. (Rishi, 9 anos, ênfase adicionada)

[A PCD se sente triste porque] *os outros ficam debochando* da cara dela, [dizendo que] ela não é igual as outras pessoas. (Ketlyn, 11 anos, ênfase adicionada)

Os julgamentos e os deboches que as crianças comentaram são um tipo de preconceito que se caracteriza como violência psicológica contra PCDs (Mendes et al., 2020). Esse tipo de discriminação pode ser enquadrado como *bullying*. O *bullying* é um tipo recorrente de agressão que causa dor e angústia à vítima, podendo acarretar depressão, isolamento, baixa autoestima e suicídio (Leão, 2010). Cinco crianças citaram consequências da discriminação, como podemos observar nos exemplos que seguem:

Alguns são vesgos, alguns não tem partes do corpo (...), não conseguem falar direito e daí rejeitam eles. Por isso que alguns são muito necessitados, porque *em alguns empregos que eles precisam, eles são rejeitados*. (Emanuele, 9 anos, ênfase adicionada)

As pessoas com deficiência, igual minha prima que não consegue ver com uma parte do olho, elas se sentem humilhadas. Quando ela tira foto *ela sempre tampa a parte do olho. As pessoas tiram sarro*. (Ana Julia, 9 anos, ênfase adicionada)

Tem gente que fica rindo delas, elas devem se sentir muito mal e acaba prejudicando. *Ela acaba se trancando dentro de casa e não quer mais sair por causa dessas pessoas*. (Ana Clara, 10 anos, ênfase adicionada)

Tem algumas que são cadeirantes e não podem andar, não podem fazer coisas que outras pessoas que andam fazem. Daí algumas pessoas *excluem* essas pessoas e essas pessoas ficam muito tristes *e podem até se matar por causa disso*. (Caleb, 10 anos, ênfase adicionada)

Conforme podemos observar nos grifos nas falas das crianças acima citadas, elas demonstraram ter consciência de que atitudes discriminatórias têm consequências na vida das PCDs, citando a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, vergonha, isolamento social e suicídio, respectivamente. As PCDs enfrentam uma série de barreiras atitudinais, econômicas, sociais, arquitetônicas (Weid, 2018) e de acessibilidade (Porte et al., 2022). Tais barreiras geram exclusão social (Dias, 2006) e baixa autoestima (Reis et al., 2019). Elas não dificultam somente o acesso ao mercado de trabalho (Carmo et al., 2020), mas também à saúde (Castro et al., 2021) e ao lazer (Pérez-Garín et al., 2018).

As barreiras enfrentadas por PCDs também podem resultar em períodos prolongados de isolamento social (Costa, 2020; Ferreira & Oliver, 2010; Silva & Alves, 2021). Este, por sua vez, pode decorrer da dificuldade de acesso a espaços sociais (Ferreira & Oliver, 2010) ou da tentativa de evitar situações de preconceito (Colere et al., 2022). O isolamento pode gerar sentimentos de desconfiança, depressão, hostilidade, ansiedade e confusão (Goffman, 1963), afetando a saúde mental (Costa, 2020) e dificultando o contato entre pessoas com e sem deficiência, o que interfere negativamente no processo de aceitação e inclusão social de PCDs (Wendell, 1989).

Uma das entrevistadas – Ana Julia – comentou, anteriormente, que sua prima possui uma deficiência visual e tenta esconder o seu comprometimento, pois tem vergonha de sua aparência. Os padrões corporais socialmente valorizados fazem com que muitas PCDs tentem encobrir a sua deficiência (Campbell, 2009). Muitas delas se sentem envergonhadas, pois incorporam estereótipos sociais e passam a acreditar que são, de fato, “defeituosas” (Campbell, 2009). O ocultamento da deficiência, quando possível, ajuda-as a evitar situações preconceituosas que podem ser dolorosas e constrangedoras (Wagner et al., 2010).

Três crianças, ao mesmo tempo em que criticaram o preconceito e a discriminação existentes contra as PCDs, revelaram perceber a deficiência como um “problema”:

Ninguém é mais do que ninguém só por causa que tem deficiência. (...). Não precisa ficar julgando *o problema* dos outros. (João Pedro, 10 anos, ênfase adicionada)

[As PCDs] são muito “zoadas”, mas para mim não tem problema. Ela é um ser humano, não tem perna, mas é gente! Só muda que tem uma deficiência, *um problema* ou alguma coisa assim. (Evelyn, 8 anos, ênfase adicionada)

Não sou muito chegado em ver essas *pessoas que tem problema*, eu fico com dó. (Enzo, 9 anos, ênfase adicionada)

A deficiência não deve ser encarada como um problema. Ela faz parte da variabilidade das diferentes formas de existir, tal como raça, gênero, etnicidade ou sexualidade; é, assim, uma forma legítima de estar no mundo (Titchkosky & Michalko, 2009). Precisamos resistir à normativa de que a deficiência precisa ser consertada e conceber outras formas de percebê-la e de nos relacionarmos com ela (Titchkosky & Michalko, 2009).

4 CONCLUSÕES

Na primeira dinâmica, as crianças produziram um total de 516 palavras/expressões, das quais a maioria se referia a comprometimentos físicos (46,82%) e supostas limitações das PCDs (43,06%). Elas demonstraram confundir deficiência com doenças e transtornos (13,87%), além de associarem a deficiência a traços de personalidade ou comportamentos negativos (8,03%). Apenas 15,33% dos termos escritos manifestaram sentimentos e atributos positivos. Durante as entrevistas, as falas concentraram-se principalmente em marcas corporais da deficiência (23,36%), sentimentos negativos (23,28%) e supostas dificuldades e limitações das PCDs (21,89%). A maioria dos participantes demonstrou perceber as PCDs como incapazes de ter uma vida plena e manifestou sentimentos de pena e tristeza ao pensar nelas. Em ambas as dinâmicas, o foco predominante foi no comprometimento, um aspecto que faz parte da identidade da PCD, mas que, no discurso das crianças, esteve associado à limitação e à diferença, desconsiderando outros atributos dessas pessoas.

Esta pesquisa evidenciou que as percepções das crianças participantes foram majoritariamente negativas, permeadas por estereótipos e associações da deficiência a aspectos negativos. Os dados sugerem uma tendência à internalização precoce de preconceitos, estigmas e sentimentos negativos em relação às PCDs. Esse cenário reforça a necessidade de intervenções educativas que problematizem percepções negativas e enfrentem a desinformação sobre a deficiência. Dessa forma, torna-se fundamental a implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam uma compreensão crítica e ampliada da deficiência, reconhecendo-a como uma expressão da diversidade humana e considerando as múltiplas dimensões das experiências vividas por PCDs, para além das limitações corporais ou funcionais que com frequência lhes são atribuídas.

Embora os resultados deste estudo não possam ser generalizados, eles sugerem que estereótipos e preconceitos sobre as PCDs são incorporados desde cedo. Assim, torna-se essencial o desenvolvimento de práticas pedagógicas que combatam estigmas, estereótipos e preconceitos e promovam uma compreensão mais informada e realista da deficiência. Sugerimos a realização de novos estudos que considerem como diferentes marcadores sociais, tais como gênero, raça e nível socioeconômico, influenciam a forma como as PCDs são percebidas. Outros estudos também são necessários em diferentes ambientes para melhor compreendermos como estudantes, em diferentes contextos e níveis educacionais, percebem a deficiência.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1954). *The Nature of prejudice*. Perseus.
- Amaral, L. A. (1998). *Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação*. Summus.
- Araújo, A. A. de. (2020). Surdez e preconceito: Uma análise a partir da percepção dos pais de surdos. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(2), 1-20. <https://doi.org/10.36298/gerais202013e14744>
- Bailey, M., & Mobley, I. A. (2018). Work in the intersections: A Black feminist disability framework. *Gender & Society*, 33(1), 19-40. <https://doi.org/10.1177/0891243218801523>
- Barnes, C. (1992). *Disabling imagery and the media: an exploration of the principles for media representations of disabled people*. Ryburn.
- Binder, J., Zagefka, H., Brown, R., Funke, F., Kessler, T., Mummendey, A., Maquil, A., Demoulin, S., & Leyens, J.-P. (2009). Does contact reduce prejudice or does prejudice reduce contact? A longitudinal test of the contact hypothesis among majority and minority groups in three European countries. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(4), 843-856. <https://doi.org/10.1037/a0013470>
- Bisol, C. A., & Valentini, C. B. (2011). *Surdez e deficiência auditiva – qual a diferença? Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS*. <https://sonattasolucoesauditivas.com.br/surdez-e-deficiencia-auditiva-qual-a-diferenca/>
- Brander, P., De Witte, L., Ghanea, N., Gomes, R., Keen, E., Nikitina, A., & Pinkeviciute, J. (2016). *Compass: Manual para a educação para os direitos humanos com jovens*. Conselho da Europa.
- Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Orgs.), *APA handbook of research methods in psychology. Vol.2 Research designs: quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological* (1st ed., pp. 57-71). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13620-004>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Cambruzzi, G. M. A. S. (2011). *O discurso da mídia sobre a cobertura das Paraolimpíadas de Pequim 2008 e a inclusão das pessoas com deficiência* [Monografia de Especialização, Universidade do Estado de Santa Catarina]. <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000013/0000135A.pdf>
- Campbell, F. K. (2008). Refusing able(ness): A preliminary conversation about ableism. *M/C Journal*, 11(3), 1-9. <http://doi.org/10.5204/mcj.46>
- Campbell, F. K. (2009). *Contours of Ableism: the production of disability and abledness*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230245181>
- Carmo, M. M. I. do B. do, Gilla, C. G., & Quiterio, P. L. (2020). Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. *Interação em Psicologia*, 24(1), 1-11. <https://doi.org/10.5380/psi.v24i1.59972>
- Castro, A. M. M. de, Silva, J. S. da, Macedo, L. C. dos S. A. de, Rosa, N. S. F., Bertussi, D. C., Santos, M. L. de M. dos, & Merhy, E. E. (2021). Barreiras ao acesso a serviços de saúde à pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão integrativa. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, 2, 1-25. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/11351>

- Clemente, C. A. (2015). Pessoas com deficiência: Derrubando mitos e preconceitos. *Revista Ciências do Trabalho*, 4, 139-144. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/91/pdf>
- Colere, J. (2023). *Percepções de crianças em idade escolar em relação às pessoas com deficiência: um estudo sobre a influência do contato com materiais relacionados aos Jogos Paralímpicos* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/93929>
- Colere, J., & Souza, D. L. (2025). Changing perspectives: possible impacts of media related to the Paralympic Games on children's views of disability. *Sport, Education and Society*, 30, 1-13. <https://doi.org/10.1080/13573322.2025.2451351>
- Colere, J., Vieira, Y. V., & Souza, D. L. De. (2022). Can the media discourse surrounding the Paralympic Games alter the perception of disability held by children with disabilities and their families? *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 97(1), 53-64. <https://doi.org/10.2478/pcssr-2022-0023>
- Costa, L. S. (2020). A vida da pessoa com deficiência: reflexões legadas do distanciamento social. In Ministério Público do Estado do Ceará (Org.), *Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social* (1ª ed., pp. 10-11). Ministério Público do Estado do Ceará.
- Crochik, J. L. (1996). O preconceito: indivíduo e sociedade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(3), 571-579.
- Crochik, J. L. (2006). *Preconceito, indivíduo e cultura*. Casa do Psicólogo.
- Dias, E. T. D. M. (2006). *Preconceito, estereótipo, estigma: Chave da exclusão?* [Apresentação de artigo]. V Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, Valência, Espanha. <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/4086>
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.
- Dowker, A. (2013). A representação da deficiência em livros infantis: séculos XIX e XX. *Educação & Realidade*, 38(4), 1053-1068. <https://doi.org/10.1590/s2175-62362013000400003>
- Fernandes, I., & Lippo, H. (2013). Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. *Textos & Contextos*, 12(2), 281-291.
- Ferreira, T. G., & Oliver, F. C. (2010). A atenção domiciliar como estratégia para ampliação das relações de convivência de pessoas com deficiências físicas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 21(3), 189-197. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i3p189-197>
- Fietz, H. M., & Mello, A. G. de. (2018). A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. *Revista Antropológicas*, 22(29), 114-141. <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2018.238990>
- Figueiredo, T. H. (2014). *Primeiro o esporte, depois a deficiência? Análise da cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos de 2012* [Apresentação de artigo]. 37º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. <https://cev.org.br/biblioteca/primeiro-o-esporte-depois-a-deficiencia-analise-da-cobertura-midiatica-dos-jogos-paralimpicos-de-2012/>
- Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2016). Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(10), 3061-3070. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.16642016>
- Gesser, M., Block, P., & Mello, A. G. de. (2020). Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In M. Gesser, G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Orgs.), *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social* (1ª ed., pp. 17-29). Editora CRV.

- Gesser, M., Moraes, M. O., & Vale, G. M. S. M. do. (2024). Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 32(3), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3101138>
- Goffman, E. (1963). *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Prentice Hall.
- Gonsalves, E. P. (2015). *O livro das emoções: uma abordagem neurofisiológica, comportamental e educativa dos estados emocionais*. Editora CRV.
- Goodley, D. (2014). *Disability studies theorising disablism and ableism*. Routledge.
- Hilgemberg, T. (2021). Corpo abjetos: a repercussão do ensaio da paratleta Camille Rodrigues na Playboy. *Logos*, 28(2), 1-17. <https://doi.org/10.12957/logos.2021.60488>
- Hunt, P. A. (1966). *Stigma: the experience of disability*. Geoffrey Chapman.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Demográfico 2022: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br>
- Leão, L. G. R. (2010). *O fenômeno bullying no ambiente escolar* [Monografia de Especialização, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AEDL88>
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, 27, 363-385. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.363>
- Lopes, P. H., Solvalagem, A. L., & Busse, F. G. M. S. (2020). Em vistas da coligação: a interseccionalidade como ferramenta da luta anticapacitista, antirracista e antissexista. In M. Gesser, G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Orgs.), *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social* (1ª ed., pp. 129-144). Editora CRV.
- Martins, J. A., & Barsaglini, R. A. (2011). Aspects of identity in the experience of physical disabilities: A social-anthropological view. *Interface: Communication, Health, Education*, 15(36), 109-121. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000043>
- McBride, M. (2015). *What works to reduce prejudice and discrimination? A review of the evidence*. Scottish Government. <https://www2.gov.scot/Resource/0048/00487370.pdf>
- McKay, C., Block, M., & Park, J. Y. (2015). The impact of Paralympic School Day on student attitudes toward inclusion in physical education. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 32(4), 331-348. <https://doi.org/10.1123/APAQ.2015-0045>
- McKay, C., Haegele, J., & Block, M. (2019). Lessons learned from paralympic school Day: Reflections from the students. *European Physical Education Review*, 25(3), 745-760. <https://doi.org/10.1177/1356336X18768038>
- Mello, A. G. de, & Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 635-655. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>
- Memória, C. V. (2020). A capacidade da pessoa com deficiência psíquica ou intelectual para exercer atos de gestão empresarial. *Civilistica.Com*, 9(1), 1-18. <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/513/387>

- Mendes, M. J. G., Schroeder, T. M. R., & Denari, F. E. (2020). Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 1-14. <https://doi.org/10.14244/198271993308>
- Morin, D., Rivard, M., Crocker, A. G., Boursier, C. P., & Caron, J. (2013). Public attitudes towards intellectual disability: A multidimensional perspective. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(3), 279-292. <https://doi.org/10.1111/jir.12008>
- Morris, J. (1993). Feminism and disability. *Feminist Review*, 43(1), 57-70. <https://doi.org/10.1057/fr.1993.4>
- Nalin, L. C., & Silva, A., O. G. da. (2020). Estigma, rótulo e discriminação: Uma análise das interações sociais dos alunos do ensino médio à luz da importância do ensino de sociologia. *Revista Magistro*, 2(22), 179-203. <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/6266>
- Nogueira, J. M., & Ribeiro, M. (2019). *União Europeia e Brasil na construção de sistemas de avaliação da deficiência: Comparação da avaliação da deficiência para políticas públicas no Brasil, França e Espanha. Relatório Final*. Diálogos: União Europeia – Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://tinyurl.com/23j2om5o>
- Oliver, M. (2004). The social model in action: if I had a hammer. *Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research*, 32(2), 18-31.
- Panagiotou, A. K., Evaggelinou, C., Doulkeridou, A., Mouratidou, K., & Koidou, E. (2008). Attitudes of 5th and 6th grade greek students toward the inclusion of children with disabilities in physical education classes after a Paralympic education program. *European Journal of Adapted Physical Activity*, 1(2), 31-43. <https://doi.org/10.5507/euj.2008.007>
- Parker, R. (2012). Stigma, prejudice and discrimination in global public health. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(1), 164-169. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2012000100017>
- Pérez-Garín, D., Recio, P., Magallares, A., Molero, F., & García-Ael, C. (2018). Perceived discrimination and emotional reactions in people with different types of disabilities: A qualitative approach. *Spanish Journal of Psychology*, 21(3), 1-11. <https://doi.org/10.1017/sjp.2018.13>
- Poffo, B. N., Velasco, A. P., Kugler, A. G., Furtado, S., Dos Santos, S. M., Fermino, A. L., & Souza, D. L. de. (2017). Mídia e Jogos Paralímpicos no Brasil: investigando estigmas na cobertura jornalística da Folha de S. Paulo. *Movimento*, 23(4), 1353-1366. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.67945>
- Porte, M. S., Rocha, J. D. T., & Augusto, C. A. (2022). Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(4), 1-18. <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13376>
- Reis, J. G., Araújo, S. M., & Glat, R. (2019). Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. *Revista Educação Especial*, 32, 1-16. <https://doi.org/10.5902/1984686X33882>
- Schiappa, E., Gregg, P. B., & Hewes, D. E. (2005). The parasocial contact hypothesis. *Communication Monographs*, 72(1), 92-115. <https://doi.org/10.1080/0363775052000342544>
- Shakespeare, T. (2018). Disabling barriers. In T. Shakespeare (Org.), *Disability: the basics* (1ª ed., pp. 68-87). Routledge.
- Silva, A. G. da, Araújo, S. de S., Souza, A. C., & Aragão, A. C. S. da S. (2016). *O corcunda de Notre Dame e Capitão Gancho: A representação da deficiência no fazer literário* [Apresentação de artigo]. III CONEDU - Congresso Nacional de Educação, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. <https://>

www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD4_SA14_ID200_05082016210735.pdf

- Silva, D. F. da, & Alves, C. F. (2021). Aceitação familiar da criança com deficiência: Revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(3), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209337>
- Souza, D. L., Colere, J., & Vieira, Y. V. (2021). O contato com o esporte paralímpico como um meio para a mudança de percepção. *Retos*, 42, 396-405. <https://doi.org/10.47197/retos.v42i0.87454>
- Titchkosky, T., & Michalko, R. (2009). *Rethinking normalcy: a disability studies reader*. Canadian Scholars' Press.
- Vieira, C. M. (2015). Sentimentos infantis em relação à deficiência intelectual: Efeitos de uma intervenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 423-436. <https://doi.org/10.1590/1982-370301282013>
- Wagner, L. C., Lindemayer, C. K., Pacheco, A., & Silva, L. D. (2010). Acessibilidade de pessoas com deficiência: O olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. *Ciência em Movimento*, 12(23), 55-67.
- Weid, O. V. D. (2018). Entre o cuidado e a autonomia: Deficiência visual e relações de ajuda. *Revista AntHropológicas*, 29(2), 49-82. <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2018.238992>
- Wendell, S. (1989). Toward a feminist theory of disability. In S. Sherwin, & B. Parish (Orgs.), *Women, Medicine, Ethics and the Law* (pp. 104-124). Routledge. ⁵

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que deu suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editores responsáveis

Aline Maira da Silva (Editora-chefe)

Gilmar de Carvalho Cruz (Editor associado)

Recebido em: 27/03/2025

Reformulado em: 19/12/2025

Aprovado em: 30/12/2025